

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

CIDADE E CONFLITOS URBANOS NA IMPRENSA SINDICAL CARIOCA (1995-2002)

GUILHERME MARQUES (IPPUR/UFRJ)

Cidade e Conflitos Urbanos na Imprensa Sindical Carioca (1995-2002)ⁱ

Resumo

O desenvolvimento capitalista leva à urbanização capitalista, que não somente àquele se adapta como também o impulsiona. Se, por um lado, as cidades concentram os trabalhadores, por outro, a reorganização do processo de trabalho imposta pelo capitalismo separa local de trabalhar e local de viver. Essa separação favorece a que os trabalhadores se organizem de forma distinta para as lutas relativas ao local de trabalho (em sindicatos) e para àquelas do local de viver, relativas à reprodução da força de trabalho (em movimentos sociais urbanos). Mas o movimento sindical participa das lutas relativas à cidade? Como? Através dos jornais de seis entidades sindicais cariocas, publicados no período 1995-2002, examinou-se quais temas urbanos são priorizados pelos sindicatos e porque; que relação estes mantêm com os movimentos sociais urbanos; e o que falam sobre as políticas governamentais para habitação, transportes, equipamentos e serviços urbanos, uso e ocupação do solo. Em suma, como o movimento sindical participa das disputas e conflitos urbanos na cidade do Rio de Janeiro.

1. Introdução

1.1 Local de viver e local de trabalhar

O desenvolvimento da indústria e das relações capitalistas de produção transformou o modo de vida dos homens por todo o planeta. A urbanização capitalista construiu e reconstruiu cidades. As cidades contemporâneas pouco têm em comum com as antigas cidades gregas e romanas ou com as cidades medievais. As diferenças ecológicas refletem relações sociais diferentes, entre a cidade e o campo e, relações sociais diferentes dentro da própria cidade.

Diferentemente de outrora, agora a cidade é espaço de produção de riquezas. “Dado que indústria e comércio se desenvolvem mais perfeitamente nas grandes cidades é, pois, igualmente aí que aparecem mais manifesta e claramente as conseqüências que exercem sobre o proletariado” (ENGELS, 1975, p.54).

Por um lado, se como afirma Engels “as cidades são o centro do movimento operário” (ENGELS, 1975, p.165), pois concentram grande número de trabalhadores favorecendo sua luta conjunta e, assim a constituição de uma identidade de classe, por outro, como frisa Harvey, o capitalismo separa o local de trabalhar do local de viver.

“O capitalismo, pela reorganização do processo de trabalho e pelo advento do sistema fabril, força a separação entre local de trabalho e local de reprodução e consumo(...). A separação dos locais de trabalhar e viver significa que a luta do trabalhador para controlar as condições de sua própria existência divide-se em duas lutas independentes (...) reconhecendo, evidentemente que a dicotomia entre viver e trabalhar é, ela própria, uma divisão artificial imposta pelo sistema capitalista”. (HARVEY, 1982, p.7-8).

A divisão em duas lutas independentes favorece a que, em determinadas condições históricas, os trabalhadores se organizem de formas diferentes para cada uma destas lutas. Se para as lutas relativas ao espaço de reprodução e consumo, são criadas associações de moradores, de consumidores, dos sem-teto e outras, para as lutas no local de trabalho, relativas à venda e consumo produtivo da força de trabalho, destaca-se a criação de sindicatos.

Cabe esclarecer que quando se fala em local de viver, “além do espaço enquanto condição básica de vida, estamos preocupados aqui com a habitação, o transporte (...), o lazer, os equipamentos e todo um conjunto de recursos que contribui para a totalidade do ambiente de vida do trabalhador” (HARVEY, 1982, p.9). Portanto, está-se falando da reprodução da força de trabalho.

1.2 Movimento sindical e imprensa sindical

Reconhecendo que a dicotomia entre viver e trabalhar é uma divisão artificial, esse artigo se propõe a apresentar um estudo sobre como os sindicatos participam das lutas

relativas à cidade e à reprodução da força de trabalho. O que dizem e/ou fazem os sindicatos sobre as lutas e conflitos que têm como foco a constituição e reprodução do espaço urbano? Seja diretamente, através de ações coletivas que interfiram na produção e utilização da cidade, ou indiretamente através da relação com os movimentos sociais urbanos.

A fonte principal para essa pesquisa foi a imprensa sindicalⁱⁱ. A escolha dessa fonte, em detrimento, por exemplo, de entrevistas com militantes sindicais ou de resoluções congressuais, advém de três motivos principais: o primeiro é que a imprensa sindical tende a refletir a posição geral do sindicato, e não de militantes individuais. O segundo é que através da imprensa sindical pode-se analisar a política do sindicato em um período de tempo que supera a gestão de uma diretoria. Por último, porque o que é publicado nos jornais sindicais é selecionado, só sendo publicado o que foi considerado prioritário. É possível, assim, analisar a importância que o movimento sindical dá efetivamente às questões relativas ao urbano.

Quanto ao corte temporal, foi pesquisado o período que vai de 1995 até 2003. Essa opção se baseou por um lado na constatação que esse período conheceu um profundo desinteresse acadêmico pelo estudo do movimento sindical, se comparado, por exemplo, com a década de 1980. Por outro lado, o movimento sindical cutistaⁱⁱⁱ, que nascera das greves e lutas populares ainda sob a ditadura militar, e que se caracterizou pelo enfrentamento à estrutura sindical oficial, apresenta hoje, e na verdade desde os anos 1990, características bastante diferentes do período de suas origens.

Entre as diferenças percebidas na prática sindical cutista recente, destaca-se que durante a década de 1980 a CUT ainda organizava diferentes setores não sindicalizados dos trabalhadores. O MST, por exemplo, participava da CUT. Porém, as mudanças estatutárias na Central, que levaram à adaptação da CUT à estrutura sindical do Estado, praticamente fecharam as portas aos trabalhadores não sindicalizados e aos movimentos populares^{iv}.

Para a realização do estudo, foram selecionados então cinco sindicatos e uma central sindical, de forma a constituir a amostra dessa pesquisa.

1. Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro (SINDPETRO RJ)^v
2. Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro (SENGE-RJ)^{vi}
3. Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ (SINTUFRJ)^{vii}
4. Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal do Rio de Janeiro (SINTRASEF-RJ)^{viii}
5. Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações do Rio de Janeiro (SINTTEL-Rio)^{ix}
6. Central Única dos Trabalhadores – Rio de Janeiro (CUT-RJ)^x

Buscou-se, com esta escolha, atender aos seguintes critérios de representatividade: a) categorias de trabalhadores dos setores público e privado; b) categorias de trabalhadores dos setores secundário e terciário; c) categorias de trabalhadores diretamente ligados à prestação de serviços urbanos; d) categorias com diferentes níveis médios de escolaridade.

Além destes critérios, só foram selecionados sindicatos com imprensa sindical permanente, que tenham publicado jornais regularmente entre 1995 e 2002 e que disponibilizem este material para pesquisa. Vale ainda mencionar que se somada a tiragem dos jornais das 6 entidades pesquisadas chega-se ao número de mais de 100 mil exemplares.

Da imprensa sindical pretendeu-se obter uma série de informações sobre a participação e o discurso sindical acerca da cidade e dos conflitos urbanos. Os jornais sindicais falam sobre esses conflitos? Com que intensidade? Com que periodicidade? Dão destaque às matérias e aos artigos relacionados ao urbano? Quando falam sobre o assunto é através de textos dos próprios sindicalistas, dos jornalistas sindicais ou de terceiros? Quais os assuntos relativos à cidade são mais abordados pela imprensa sindical? Por quê?

Mas, além da quantidade, foi observada a fala dos sindicatos sobre a cidade e os diversos problemas e contradições relativas à urbanização. Quando eles falam, por exemplo, sobre as favelas, eles abordam essa questão como fruto de uma contradição urbana, relacionada à renda da terra, à habitação como mercadoria cheia de especificidades e às políticas habitacionais, ou remetem apenas ao desemprego e à miséria? As matérias sobre os conflitos e movimentos sociais urbanos ajudam a estabelecer com esses movimentos e lutas uma relação de identidade? Ou, pelo contrário, estabelecem uma relação de alteridade?

Quanto à propriedade privada^{xi}, os sindicatos defendem sua manutenção, abolição, formas de regulação? O que dizem? E sobre o Estado e o fundo público^{xii}, os sindicatos discutem sua importância para o processo de urbanização? Falam sobre as formas de participação popular, sobre as prioridades de investimentos para a acumulação de capital ou para a reprodução da força de trabalho?

Enfim, este estudo trata das práticas, discursos e experiências de uma parcela dos trabalhadores do Rio de Janeiro no que diz respeito às questões urbanas. É sobre como os sindicatos vêm e/ou participam das lutas e conflitos que têm como foco a constituição, reprodução e apropriação do espaço urbano.

2. A Pesquisa

A partir do conhecimento sobre o material pesquisado foi possível definir dois grandes grupos temáticos de matérias. O primeiro corresponde às matérias de jornais que falam sobre

a cidade e as políticas urbanas. O segundo corresponde às que têm como foco os movimentos sociais e os conflitos urbanos^{xiii}. Essa divisão ajuda a compreender como os assuntos ligados à questão urbana entram na pauta da imprensa sindical. Dentro destes dois grandes grupos, as matérias foram classificadas segundo os seguintes assuntos: 1) Poder Local e Urbanismo; 2) Saúde; 3) Meio Ambiente; 4) Habitação; 5) Violência/Segurança; 6) Educação, Cultura e Lazer; 7) Transportes; 8) Tarifa e Serviços Urbanos; 9) Água e Saneamento; 10) Favelas; 11) Camelôs e Trabalhadores de Rua; 12) Moradores de Rua.

Entre estes temas, alguns, como Habitação, Transportes e Água e Saneamento, são normalmente reconhecidos como integrantes do universo das questões urbanas. Outros, como Saúde, e Educação, Cultura e Lazer, pelo seu caráter, só foram considerados como questões urbanas quando nas matérias, de alguma maneira, estas questões apareciam associadas à localização de equipamentos urbanos, como escolas e hospitais, ou quando focavam especificidades da cidade do Rio de Janeiro. Por último, deve-se advertir que apenas as matérias que falam sobre o município do Rio de Janeiro foram assinaladas nas tabelas.

Afinal, o sindicalismo carioca fala, através de sua imprensa, sobre a cidade e os conflitos urbanos? Quais temas são priorizados? Pode então o movimento sindical ser considerado um ator social relevante nas disputas relativas à cidade?

Para tentar responder estas questões serão apresentadas três tabelas (Tabelas 1 a 3). As duas primeiras sistematizam informações anuais sobre as matérias publicadas nos dois grandes grupos temáticos: cidades e políticas públicas; movimentos sociais e conflitos urbanos. O objetivo dessa classificação é oferecer uma visão geral de como os diferentes assuntos urbanos entram na pauta da imprensa sindical.

Tabela 1

Matérias sobre Cidade e Políticas Públicas – segundo temas e anos

SINDICALISMO CARIOCA	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Total
1. Poder Local e Urbanismo	3	12	9	2	5	9	9	2	51
2. Saúde	2	3	5	10	8	8	19	26	81
3. Meio Ambiente		1	10	7	6	32	11	4	71
4. Habitação	2	3					1	1	7
5. Violência/ Segurança	6	7	8	10	5	13	10	28	87
6. Educação, Cultura e Lazer	1	1	3		2	3	4	4	18
7. Transportes	6	8	4	9	8	4	5	1	45
8. Tarifas e Serviços Urbanos	2	5	6	8	2	14	17	4	58
9. Água e Saneamento	1	3	2	7	8	4	6		31
10. Favelas	1	2	1	1		2	3		10
11. Camelôs e Trabalhadores de Rua		2			1				3
12. Moradores de Rua				1	1	1			3
Total	24	47	48	55	56	90	85	70	465

Fonte: pesquisa desenvolvida pelo autor.

Tabela 2

Matérias sobre Movimentos Sociais e Conflitos Urbanos – segundo temas e anos

SINDICALISMO CARIOCA	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Total
1. Poder Local e Urbanismo			2	2	1	1	4	2	12
2. Saúde	1			1	1	1	8	4	16
3. Meio Ambiente	1		1	4	1	11	3	2	23
4. Habitação	1	2	2	1		10	4	3	23
5. Violência/ Segurança	5			3	1	2			11
6. Educação, Cultura e Lazer					1		2	4	7
7. Transportes				2			1		3
8. Tarifas e Serviços Urbanos			2	4		1	5		12
9. Água e Saneamento				2		2			4
10. Favelas	1				2	4	1	1	9
11. Camelôs e Trabalhadores de Rua	1	2		1	1				5
12. Moradores de Rua									0
Total	10	4	7	20	8	32	28	16	125

Fonte: pesquisa desenvolvida pelo autor.

Observando-se as Tabelas 1 e 2, a primeira conclusão a que se chega é que o sindicalismo carioca publica muito mais matérias sobre a cidade e as políticas públicas do que sobre conflitos urbanos. Ao todo, foram publicadas 125 matérias sobre conflitos urbanos e 465 sobre a cidade e as políticas públicas.

Sabendo que o número de matérias sobre políticas públicas foi 3,74 vezes maior do que o de matérias sobre conflitos urbanos, chama atenção que no caso dos temas Habitação e Camelôs e Trabalhadores de Rua essa relação se inverta. Sobre Habitação, foram publicadas 30 matérias ao todo, sendo que 23 referiam-se a conflitos e apenas 7 à políticas públicas. Sobre Camelôs e Trabalhadores de Rua foram 8 matérias, sendo 5 motivadas por conflitos e 3 pela discussão de políticas públicas. O assunto Favelas, sobre o qual foram publicadas 19 matérias, 10 referindo-se à políticas públicas e 9 à conflitos urbanos, também chama atenção pelo mesmo motivo.

No caso dos temas Favelas e Camelôs e Trabalhadores de Rua, pode-se sugerir que a maioria dos trabalhadores representados por esses sindicatos nunca tenha sido camelô ou morador de favelas^{xiv}. Admitindo esta hipótese, mesmo sem ter os meios de comprová-la, ter-se-ia que a imprensa sindical estaria abordando esses assuntos em função de sua importância política geral, e não como um assunto que atinja o dia-a-dia da maioria dos trabalhadores da “base” dos sindicatos. Esses temas assumiriam então maior importância política conforme a ocorrência de conflitos e, assim, suscitariam matérias^{xv}.

Quanto ao tema Habitação, esse não é um problema que atinja apenas uma pequena parcela dos trabalhadores. A mercadoria casa, por ter uma série de particularidades tanto no processo de produção quanto de circulação, é um bem de difícil acesso para a maioria dos trabalhadores, entre os quais, se inclui também grande parte daqueles representados pelos

sindicatos pesquisados. No entanto, o tema foi abordado 3,28 vezes mais através de matérias sobre conflitos urbanos do que em matérias sobre políticas públicas.

Cabe ainda destacar que a grande maioria das matérias sobre conflitos referentes à Habitação tratava de conflitos, protestos e ocupações organizadas por movimentos como o dos sem-teto, da CMP, FLP etc. Essa constatação leva a duas conclusões. A primeira é a importância política desses movimentos e conflitos, graças aos quais, o tema entra na pauta da imprensa sindical e, conseqüentemente atinge uma grande parcela dos trabalhadores.

A segunda conclusão é que o tema Habitação não é abordado na imprensa sindical carioca com profundidade. Certamente a questão salarial e a concentração de riqueza, assuntos muito debatidos pela imprensa sindical, são fatores explicativos para se entender o problema da habitação, porém, a dinâmica do processo de acumulação de capital no setor de produção de moradias é também um fator fundamental para o entendimento dessa questão. Esta abordagem restrita do tema faz com que, conseqüentemente, seja também bastante limitada a discussão sobre a necessidade de políticas públicas para habitação e, assim de propostas para enfrentar o problema.

A tabela seguinte totaliza as matérias publicadas por cada entidade pesquisada sobre os dos 12 assuntos urbanos, que são examinados, um a um, em seguida.

Tabela 3

Matérias sobre Cidade e Conflitos Urbanos – segundo temas e entidades –1995-2002

1995 - 2002	SINDIPETRO	SENGE	SINTRASEF	SINTUFRJ	SINTTEL	CUT	SINDICALISMO CARIOCA
1. Poder Local e Urbanismo	1	37	5	19		1	63
2. Saúde	13	4	35	34	4	7	97
3. Meio Ambiente	76	8	5	3		2	94
4. Habitação	3	2	3	17	1	4	30
5. Violência/Segurança	19	6	17	37	11	8	98
6. Educação, Cultura e Lazer	2		14	2		7	25
7. Transporte		32	2	8	2	4	48
8. Tarifas e Serviços Urbanos	21	18	6	4	13	8	70
9. Água e Saneamento		25		1	5	4	35
10. Favelas	1	3	6	5	2	2	19
11. Camelôs e Trab. de Rua				3		5	8
12. Moradores de				2	1		3

Rua							
TOTAL	136	135	93	135	39	52	590

Fonte: pesquisa desenvolvida pelo autor.

Poder Local e Urbanismo

A primeira observação a ser feita é que mais da metade das 63 matérias foi publicada por um único sindicato (dos Engenheiros). Deve-se registrar, ademais, que as matérias levantadas neste tema, via de regra, trataram o assunto com bastante profundidade. O Estatuto da Cidade, o Plano Diretor, o problema das enchentes e a candidatura à sede dos Jogos Olímpicos foram alguns dos temas que motivaram amplas matérias, com entrevistas, dados etc. Percebe-se, entretanto, que apenas o SENGE colocou em discussão temas como: propostas orçamentárias, Projetos de Estruturação Urbanos (PEUs) e a lei dos apart-hotéis.

Deve ser registrado também que o Jornal do SINTUFRJ publicou 19 matérias sobre o assunto. A necessidade de urbanização da Vila Residencial dos funcionários e as discussões e lutas dos moradores da mesma motivaram a grande maioria destas matérias.

Por último, é necessário dizer que a defesa de uma maior participação popular nas deliberações de políticas urbanas foi o principal argumento da maioria das matérias publicadas sobre esse assunto pelo sindicalismo carioca.

Saúde

Entre os doze assuntos em que foram classificadas as matérias, o tema Saúde foi o segundo que mais recebeu atenção. Esta performance provavelmente se explica pela repercussão social e na mídia do tema no período, principalmente em função da epidemia de dengue ocorrida no município em 2001 e 2002. Mesmo levando-se em conta que o SINTRASEF e o SINTUFRJ (sindicatos que mais matérias publicaram sobre saúde), tenham sido influenciados por questões específicas das categorias que representam (no caso do SINTUFRJ a representação de trabalhadores dos hospitais da UFRJ e no caso do SINTRASEF a relação com os hospitais e fundações federais), somente a grande repercussão social justificaria que todas as entidades pesquisadas tenham abordado este tema. Deve ainda ser ressaltado que a epidemia de dengue foi pauta da imprensa das seis entidades e, mesmo nos sindicatos citados, foi a questão que motivou maior número de matérias na área da Saúde.

Também merecem registro as matérias que focaram os conflitos urbanos. Em primeiro lugar, o grande destaque foi a luta dos mata-mosquitos, que ficaram por mais de um ano acampados na Cinelândia, ocuparam supermercados, fecharam a Ponte Rio-Niterói etc. Na imprensa sindical, a luta dos mata-mosquitos foi sempre associada à epidemia de dengue e ao descompromisso dos governos municipal, estadual e federal com a saúde pública. Matérias sobre protestos de usuários de hospitais públicos também foram registradas.

Por último, cabe mencionar que poucas foram as matérias consagradas à escassez, desigual localização e a falta de equipamentos (hospitais e postos de saúde) em áreas mais carentes da cidade. A defesa da saúde pública de qualidade e a crítica aos preços dos remédios e dos planos de saúde particulares foram, depois da epidemia de dengue, os assuntos mais abordados pela imprensa sindical carioca sobre Saúde.

Meio Ambiente

Das 94 matérias publicadas sobre questões ambientais, 76 (mais de 80%) foram no Surgente (Jornal do SINDIPETRO-RJ). Pode-se dizer que a especificidade da representação sindical dos trabalhadores do ramo de energia e, especificamente da Petrobrás, foi determinante para a quantidade de publicações sobre o assunto. Os acidentes ambientais provocados pela empresa foram os que mais repercutiram na imprensa do SINDIPETRO.

O Programa de Despoluição da Baía de Guanabara foi o tema que mais atraiu atenção da imprensa sindical depois dos acidentes da Petrobrás (que também ocorreram na Baía de Guanabara). As críticas à utilização de energia nuclear, a luta pela aplicação dos royalties do petróleo na preservação do meio ambiente e a necessidade de preservação das Lagoas (especialmente a Lagoa Rodrigo de Freitas) e da Mata Atlântica também apareceram com alguma constância na imprensa das seis entidades pesquisadas.

Habitação

O tema Habitação passaria praticamente despercebido na imprensa sindical carioca se não fossem os conflitos urbanos organizados pelos sem-teto. Das 23 matérias sobre conflitos ligados à questão da moradia, a maioria foi motivada por ações de movimentos sociais. Manifestações organizadas por diversos movimentos, incluindo a CUT e os sindicatos, por terra, trabalho e habitação, e as lutas dos moradores da Vila Residencial dos Funcionários da UFRJ (retratada no Jornal do SINTUFRJ) completam esse quadro.

Se das 30 matérias sobre Habitação apenas 7 não relatavam conflitos, chama ainda mais atenção o fato de 6 dessas 7 terem sido publicadas pelo SINTUFRJ. Das entidades pesquisadas, 4 não publicaram sequer uma matéria sobre políticas governamentais de habitação. Cabe ressaltar, contudo, que o Jornal do SINTUFRJ publicou entre essas 6 matérias, 5 que falavam de problemas ligados à Vila Residencial. Ou seja, apenas a matéria “Moradia: vergonha brasileira”, publicada em abril de 1996, discutia profundamente o tema. A outra matéria que não teve um conflito como motivo, publicada pelo SINTRASEF em 2002, tratava o problema da habitação como consequência da crise econômica e social.

Violência / Segurança

O tema Violência/Segurança foi o que recebeu maior atenção por parte do sindicalismo carioca, sendo pautado várias vezes pelas publicações das seis entidades pesquisadas. As questões específicas, ligadas ao dia-a-dia das categorias, motivaram algumas matérias. Os assaltos às equipes de manutenção de fibra ótica (no Jornal do SINTTEL); o caso do Petroleiro torturado pela polícia e os tiros entre traficantes perto da Refinaria de Manguinhos (no Jornal do SINDIPETRO); e os problemas de segurança no Fundão (no Jornal do SINTUFRJ), apesar de numericamente significativos, não corresponderam nem à metade das matérias publicadas na imprensa sindical carioca sobre o assunto.

O tema Violência/Segurança foi também o que contou com matérias de mais profundidade. Foram publicadas nesses 8 anos matérias sobre as Operações Rio I e II, sobre o Plano Nacional de Segurança, sobre a “guerra” do tráfico, sobre a violência policial, sobre a repressão aos movimentos sociais, às rádios comunitárias, etc. Entre todas essas questões, o problema da violência policial no Rio de Janeiro foi o que mais atraiu atenção do movimento sindical. Mostrou-se recorrente e central a crítica ao trabalho da polícia. As ações policiais são descritas nestas matérias críticas como ataques contra os pobres, os negros, trabalhadores, moradores de favelas e áreas carentes, expressando uma política da classe dominante de opressão, assassinato e controle dos explorados. Foi constante também a publicação de muitos dados e entrevistas com especialistas no tema. Mesmo quando ocorreram manifestações pela paz (normalmente organizadas por ONGs como o Viva Rio), os sindicatos ressaltaram as diferenças de classes sociais, dizendo “opressores e oprimidos juntos”, ou trabalhadores, favelados “e até emergentes da Barra participam de ato...”.

A denúncia da priorização da defesa da propriedade privada, em detrimento da defesa da vida, esteve fortemente presente nas críticas às políticas de segurança. A identificação das origens da violência com o capitalismo, a desigualdade, o consumismo e o individualismo também foi argumento comum. Cabe acrescentar que casos que tiveram grande repercussão na mídia, como o seqüestro do ônibus 174, transmitido ao vivo para todo o país, e o assassinato do jornalista da Rede Globo, Tim Lopes, foram tema de matérias nos jornais das 6 entidades pesquisadas.

As matérias sobre conflitos com foco na Violência, também foram bastante politizadas. A associação das manifestações contra a violência policial ao tráfico de drogas (associação feita costumeiramente pela PM, pelo governo estadual e pela grande mídia) foi duramente criticada pelas entidades sindicais. A impunidade dos policiais responsáveis por chacinas e assassinatos foi lembrada anualmente, quando “aniversariavam” as chacinas da Candelária, de Vigário Geral etc. Em resumo, pode-se dizer que, através de sua imprensa, o

sindicalismo carioca praticou uma verdadeira disputa de hegemonia, com forte viés de classe, sobre o tema Violência/Segurança nestes oito anos.

Educação, Cultura e Lazer

Apenas as matérias que relacionavam o tema Educação, Cultura e Lazer com a espacialidade da cidade e/ou com a localização de equipamentos educacionais, culturais e de lazer foram selecionadas e tabuladas. Entre essas, se destacam as matérias sobre o funk, o rap e o samba, que relacionavam esses estilos musicais às favelas e comunidades pobres. Principalmente através de entrevistas, falou-se sobre a cultura nas favelas, nos subúrbios, e de como a música “canta” a realidade dura da vida dos moradores destas áreas. Falou-se também do preconceito e da repressão policial que sofrem essas manifestações culturais. O Público, um dos jornais do SINTRASEF, se destacou publicando mais da metade dessas matérias.

Quanto à localização e acesso às escolas, cinemas, bibliotecas e sobre a concentração desses equipamentos urbanos nas áreas do núcleo da cidade, praticamente nada foi dito. Os pré-vestibulares comunitários, comuns hoje nas favelas cariocas, também atraíram pouca atenção da imprensa sindical. Já as rádios comunitárias, principalmente quando sofriam com a repressão policial, foram temas de matérias em quase todos os jornais pesquisados. Praias, parques e outros espaços de lazer praticamente não foram tema de matérias.

Transporte

Das 48 matérias publicadas sobre Transportes, 32 foram no Jornal do Engenheiro, o que representa 2/3 do total. As matérias publicadas pelo SENGE foram, na maioria das vezes, bastante profundas na análise do tema. Discutiam a necessidade de se priorizar o transporte de massa e criticavam o sucateamento das ferrovias e a falta de investimento no metrô. Criticavam também a opção de investir-se prioritariamente no transporte viário que, segundo o sindicato, vem sendo praticada pelos Governos do Rio há muitos anos, o que beneficiaria os proprietários individuais de carro.

O número relativamente pequeno de matérias publicadas sobre Transportes nos jornais sindicais investigados (com exceção do Jornal do Engenheiro) lembra o caso do tema Habitação. O transporte é uma das questões centrais da política urbana. Porém, no caso do tema Habitação, os conflitos urbanos foram notícia na imprensa sindical, enquanto no caso do tema Transportes o mesmo pouco ocorreu. Uma hipótese explicativa para esse fato, parece estar nos movimentos sociais responsáveis pela organização desses conflitos. Enquanto no caso da luta pela moradia existem movimentos sociais organizados e entidades politizadas, com reconhecidas lideranças que foram entrevistadas pelos jornais sindicais, no caso dos Transportes os principais conflitos ocorridos foram manifestações espontâneas, motivadas por

atropelamentos, por atrasos nos ônibus e protestos ligados ao transporte clandestino. Os donos e motoristas de vans, por exemplo, além de não contarem com organizações como as dos sem-teto, e por serem na grande maioria clandestinos, não têm a mesma expressão e exposição política, e isso parece ter se refletido na imprensa sindical.

Tarifas e Serviços Urbanos

Apenas as matérias que relacionavam os serviços urbanos e suas tarifas à espacialidade da cidade foram selecionadas e tabuladas. Entre as muitas matérias que criticavam as privatizações, por exemplo, apenas as que ligavam a questão à universalização dos serviços e ao atendimento de áreas carentes foram consideradas matérias com foco na cidade. Quanto às que abordavam especificamente as tarifas, foram consideradas aquelas que falavam explicitamente em tarifas de “serviços urbanos” ou “serviços essenciais” e as que tratavam de preços específicos da cidade do Rio. Entre essas foi corriqueira a comparação entre os aumentos (sempre superiores) das tarifas de serviços urbanos com a inflação oficial.

O racionamento de energia elétrica, conhecido como “apagão”, foi a questão que motivou mais matérias. Estas, além de criticarem a falta de investimentos no setor, afirmavam que eram os consumidores residenciais, especialmente a classe média e os mais pobres, que pagariam a conta. Falavam também das conseqüências da diminuição na iluminação pública, como o aumento da insegurança na cidade. Ao abordarem as privatizações dos serviços urbanos, foram recorrentes as críticas à fragilidade dos contratos de concessão no que diz respeito a exigências de investimentos na universalização e melhoria dos serviços.

Água e Saneamento

Entre as 35 matérias publicadas sobre o tema Água e Saneamento, 25 foram no Jornal do Engenheiro. A luta contra a privatização da CEDAE motivou a maioria destas. Os argumentos mais utilizados foram: a) a água não deveria ser privatizada por ser “bem público e vital”; b) a iniciativa privada não teria interesses na universalização dos serviços de água e saneamento, o que condenaria as regiões caracterizadas como “bolsões de miséria” a permanecerem sem acesso aos serviços. Muitas das matérias discutem os problemas causados pela falta de saneamento básico, como a proliferação de doenças. O Jornal do Engenheiro publicou também várias matérias sobre a luta pelo “Saneamento ambiental”.

A falta de investimentos no setor de saneamento foi tema também de algumas matérias. Essas esclareciam que o governo federal, através do Banco Central, havia proibido o financiamento às empresas públicas do saneamento, que assim não podiam receber recursos do Fundo de Garantia, do FAT ou do BNDES. Via de regra, os jornais denunciavam que o objetivo destas restrições tem sido o de sucatear as empresas e criar uma situação e uma

opinião pública favorável à privatização. Também aparece com um certo destaque que este privilégio conferido às empresas privadas atende à exigências do FMI.

Favelas

Pode-se dizer que o sindicalismo carioca publicou relativamente poucas matérias sobre Favelas. Quase a metade foi motivada pela ocorrência de conflitos. Essas matérias, porém, abordaram com profundidade e conferiram grande destaque à organização dos moradores de favelas. Relatavam protestos, alguns ocorridos simultaneamente em várias comunidades, e criticavam a repressão policial que tenta associar a organização de moradores ao tráfico de drogas. Segundo os jornais, os moradores de favelas estar-se-iam organizando como movimentos populares e, conforme algumas matérias, inspiravam-se no MST. A disputa entre esses dois diferentes pontos de vista (um ligando as lutas dos moradores de favelas ao tráfico e outro aos movimentos sociais) tem grande importância política e social. Afinal, a associação da luta dos favelados ao tráfico implica tratá-los como caso de polícia. Já a associação aos movimentos populares faz dos moradores de favelas atores que devem ser respeitados, reconhecidos e tratados como interlocutores políticos pelo Estado. Algumas tratavam inclusive da necessidade de união de “toda a classe trabalhadora”, buscando explicitamente construir uma aliança e/ou identidade comum com os movimentos de moradores de favelas.

Por outro lado, foram poucas as matérias que analisassem com rigor as políticas governamentais para as favelas. Apenas o SENGE fugiu à regra publicando análises críticas ao invés de simples denúncias, por exemplo, sobre o Programa Favela Bairro. A discussão sobre as drogas, importante no contexto carioca para os temas Favelas e Violência, também quase não recebeu atenção. A relação entre existência de Favelas e o problema da habitação também foi muito pouco explorada, assim como não foi explorada a relação entre a existência de favelas e o sistema de transporte do Rio de Janeiro. Registra-se ainda que a migração foi apresentada como fator explicativo para a existência de favelas em diferentes matérias^{xvi}.

Camelôs e Trabalhadores de Rua

Os Camelôs e Trabalhadores de Rua praticamente não foram tema da imprensa sindical carioca objeto desta pesquisa. Com exceção do Conquista (jornal da CUT), que abordou esse assunto cinco vezes, inclusive apresentando 2 matérias sobre os mais de 2000 camelôs de trem, e do Jornal do SINTUFRJ, nenhuma matéria foi publicada, nem mesmo sobre os conflitos que quase diariamente ocorrem entre estes trabalhadores e a guarda municipal no Centro em Madureira e na Zona Sul da cidade. A crítica à repressão policial foi o principal argumento dessas publicações. O direito à ocupação do espaço da cidade não foi uma questão explorada pela imprensa sindical, a não ser em curtas referências.

Moradores de Rua

A invisibilidade dos Moradores de Rua para a imprensa sindical pode ser constatada pela publicação de apenas três matérias sobre o assunto. Dessas três matérias, merece destaque a do Jornal do SINTUFRJ, que narra a história de um ex-funcionário da universidade, aposentado por invalidez, morador de rua. Essa foi a única matéria que relatou o modo de vida e os problemas que sofrem aqueles que moram na rua. A matéria explicava os motivos que levaram esse trabalhador a morar debaixo das marquises do Largo do São Francisco (no centro da cidade), e insistia em como os que vivem nestas condições são dependentes da solidariedade do conjunto dos trabalhadores.

3. Conclusão

Nestes 8 anos foram publicadas 590 matérias sobre a cidade e os conflitos urbanos na imprensa dos sindicatos aqui estudados. Este número confirma que o sindicalismo carioca fala sobre a cidade, que tem opiniões sobre os conflitos urbanos e, como visto em diversas matérias, algumas vezes participa ativamente destes. Desta forma, pode-se afirmar que é um ator social que, de alguma maneira, influencia na política urbana carioca e/ou na percepção dos trabalhadores a respeito destas políticas. Esta influência, como mostram os números de matérias publicadas sobre os assuntos em questão, varia conforme o tema.

A publicação pela imprensa sindical de matérias com foco na cidade e nos conflitos urbanos ocorre, geralmente, conforme duas motivações principais. Uma motivação é a repercussão social, política e de mídia do assunto, critério que explica o número de matérias sobre Saúde e sobre Violência/Segurança. O assassinato do jornalista Tim Lopes e o seqüestro do ônibus 174, casos que tiveram grande repercussão na mídia, são exemplos desta influência, pois suscitaram matérias na imprensa das seis entidades que foram objeto deste estudo^{xvii}. A outra motivação é a relação entre os assuntos urbanos e alguma especificidade da categoria, critério que explica, por exemplo o número de matérias sobre Meio Ambiente no SURGENTE, ou o número de matérias sobre habitação no Jornal do SINTUFRJ.

Esta priorização de alguns temas por cada um dos jornais sindicais é importante para a reflexão sobre a participação sindical nas disputas relacionadas à cidade, pois se todos os trabalhadores tivessem acesso a todos os jornais que foram objeto desta pesquisa, poder-se-ia dizer que tinham contato com matérias aprofundadas sobre quase todos os principais temas relacionados à cidade e aos conflitos urbanos. A maioria dos trabalhadores, porém, não tem acesso às publicações dos sindicatos de outras categorias. Conclui-se, então, que mesmo sendo o movimento sindical (visto no seu conjunto) um ator social que discute quase todas as

principais contradições urbanas, os trabalhadores, em cada categoria, têm acesso apenas a uma parcela destas discussões, conforme a “visão do urbano” (própria e fragmentada) de cada entidade sindical.

Sobre o Estado e a propriedade privada, dois temas que não foram quantificados entre os assuntos urbanos, mas que foram objeto de análise, algumas observações são necessárias. Entre as muitas matérias que falaram sobre o Estado, a maioria criticava a prioridade dada ao pagamento da dívida interna e externa em prejuízo das ações sociais e investimentos públicos (política identificada como neoliberal). A contraposição entre uso do fundo público para reprodução da força de trabalho ou para melhoria das condições de produção e circulação do capital não aparece na imprensa sindical. Na verdade, muitas matérias defendem o uso de recursos públicos para financiar e/ou melhorar as condições de acumulação do capital, tendo como argumento a necessidade de combate ao desemprego.

A propriedade privada também é um tema recorrente na imprensa sindical. Longe de ser tratada como um princípio “sacrossanto”, esta é criticada, especialmente a grande concentração de terras, dos meios de comunicação etc. Em muitas matérias se encontram defesas de diferentes formas de regulação e da necessidade de uma função social para a propriedade. Matérias que defendam sua abolição, porém, praticamente não são encontradas.

Com relação às matérias sobre conflitos urbanos, deve ser ressaltado que os conflitos protagonizados por movimentos sociais organizados receberam muito mais atenção do que os mais espontâneos e/ou desorganizados. A quantidade de entrevistas com representantes de movimentos e entidades como o MTST, a FLP ou a CMP, que foram protagonistas de conflitos ligados ao tema Habitação, se for comparada com as poucas entrevistas de “mata-mosquitos”, motoristas de vans ou camelôs, que protagonizaram grande quantidade de conflitos, contribui para reforçar a hipótese sobre a maior proximidade dos sindicatos e da imprensa sindical com os interlocutores políticos mais organizados^{xviii}. Como nem estes movimentos e entidades, apesar de sua organização, costumam ter voz na grande imprensa, ao dar-lhes voz, a imprensa sindical os reconhece como atores políticos e os legitima.

Por último, deve-se ressaltar o papel cumprido pela imprensa sindical carioca na disputa de idéias e opiniões sobre alguns dos problemas e conflitos urbanos aqui examinados. As análises e opiniões expressas em muitas matérias se contrapunham frontalmente às visões dominantes na grande mídia e no Estado. A criminalização dos movimentos e conflitos urbanos, por exemplo, foi sempre muito criticada por todos os jornais sindicais. A capacidade de influenciar a visão de mundo e, assim, a prática dos leitores dos jornais sindicais, não foi objeto deste estudo. Isso não obstante, parece inquestionável a importância da divulgação pela

imprensa sindical, entre os trabalhadores, de uma visão mais plural, democrática e muitas vezes classista sobre a cidade e os conflitos urbanos.

3.1 Formas de participação dos trabalhadores nas disputas e conflitos urbanos

Visto que o movimento sindical carioca, através de sua imprensa, fala e participa das lutas e conflitos urbanos, é necessário agora tentar qualificar teoricamente essa participação. Para tal, utilizar-se-á como referência inicial o estudo de David Harvey “O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas” (HARVEY, 1982). Neste artigo, o autor apresenta “três situações gerais” referentes à participação dos trabalhadores nos conflitos urbanos. A primeira corresponde à participação baseada no “individualismo competitivo”. Essa forma de participação não foi encontrada nesta pesquisa, já que o objeto deste estudo foi um movimento coletivo.

As outras duas “situações gerais” identificadas por Harvey correspondem às formas de participação baseadas: 1) na “ação comunitária”, na qual “é importante a ação coletiva no espaço...”; e 2) na “luta de classes”^{xix}, na qual os trabalhadores “lutam coletivamente pela melhoria do conjunto de todos os trabalhadores em qualquer parte...” (HARVEY, 1982, p.31-33). A comparação entre essas duas formas descritas pelo autor e os resultados obtidos nesta pesquisa indica que foram encontradas matérias representativas das duas formas de participação dos trabalhadores nos conflitos urbanos.

Sobre a forma de participação baseada na “luta de classes”, pode-se dizer que foi encontrado um número significativo de matérias representativas desta forma de participação. Especialmente as matérias sobre os movimentos sociais não-sindicais, na grande maioria das vezes, as matérias buscavam explicitamente a construção de uma aliança e/ou identidade com esses movimentos e, repetidas vezes, afirmavam a necessidade de união de toda classe trabalhadora. Entre as matérias que foram classificadas nos 12 assuntos urbanos, aquelas dedicadas aos temas Violência/Segurança, Favelas e, ainda, várias matérias sobre Transportes, Tarifas e Serviços Urbanos, Educação, Cultura e Lazer e Camelôs e Trabalhadores de Rua apresentavam uma fala claramente identificável com o tipo de participação chamada por Harvey de “luta de classes”^{xx}.

Quanto às matérias representativas do tipo de participação baseada na ação comunitária, apenas no Jornal do SINTUFRJ foram encontradas matérias que poderiam ser classificadas desta maneira. Pelo fato de grande parte da “base” do sindicato trabalhar na Ilha do Fundão, onde praticamente só existe a Universidade, muitas matérias publicadas pelo Jornal do SINTUFRJ refletem as contradições e conflitos relativos a esse espaço. Esta

influência pode ser percebida principalmente nas matérias sobre Transportes, sobre Violência/Segurança e sobre Favelas.

A existência da Vila Residencial dos Funcionários da UFRJ foi outro fator decisivo para a publicação de matérias que podem ser consideradas representativas da “ação comunitária”. Entre as matérias sobre Habitação, Poder Local e Urbanismo e mesmo sobre Saúde e Água e Saneamento, percebe-se como a realidade da Vila Residencial mobiliza e chama atenção da imprensa do sindicato. O embelezamento do Fundão durante o período em que a cidade do Rio de Janeiro concorreu à sede dos Jogos Olímpicos de 2004 foi, por exemplo, contraposto, no Jornal do SINTUFRJ, à falta de melhorias na Vila. Os direitos dos moradores da Vila foram defendidos também quando a Reitoria queria transferi-los para que a universidade ocupasse aquele espaço de outra maneira. Outros exemplos mais poderiam ser citados, mostrando que a realidade de se trabalhar e morar no mesmo espaço cria condições políticas de mobilização e reflexão que não são encontradas em sindicatos de categorias que não vivem esta realidade.

Matérias representativas de uma participação do tipo de classe e do tipo comunitária, como visto, foram encontradas na imprensa sindical carioca. Grande parte das matérias dos jornais dos 5 sindicatos que foram objeto desta pesquisa, porém, não podem ser classificadas como representativas destas duas formas. Uma rápida olhada na Tabela 3 é suficiente para perceber que mais da metade das matérias, sobre diversos temas, foi publicada por um único sindicato. Da mesma forma, vê-se que cada uma das diferentes entidades sindicais pesquisadas (com exceção da CUT) priorizou diferentes assuntos ligados à cidade e aos conflitos urbanos nas suas publicações. São matérias que, tanto a motivação da publicação quanto o conteúdo, estão ligados a especificidades dos sindicatos e das categorias e não retratam uma participação nas disputas e conflitos urbanos representativa de uma ação de classe nem de uma ação comunitária.

As matérias sobre Tarifas e Serviços Urbanos no Jornal do SINTTEL, as matérias sobre Meio Ambiente no SURGENTE (do Sindicato dos Petroleiros), as matérias sobre Poder Local e Urbanismo, Transportes e Água e Saneamento no Jornal do Engenheiro e as matérias sobre Saúde nos jornais do SINTRASEF e do SINTUFRJ, são exemplos desta influência das especificidades de cada categoria na publicação de matérias sobre a cidade e os conflitos urbanos^{xxi}. Como classificar então estas matérias?

A análise destas matérias indica que os diferentes sindicatos têm, cada um, um olhar mais atento e mais direcionado para alguns dos diversos assuntos urbanos. Olhar que parece motivado não exclusiva e estritamente por interesses corporativos, mas pela experiência

(como nas análises de Thompson^{xxii}), ou por um habitus (como nas análises de Bourdieu^{xxiii}). Essa experiência e/ou habitus estariam assim ligados à história, aos costumes e à realidade de cada um destes sindicatos e dessas categorias. Seriam resultado do acúmulo de experiências adquiridas através de suas lutas, das características da formação escolar e profissional, das relações profissionais, políticas e mesmo afetivas desenvolvidas cotidianamente pelos trabalhadores com os diferentes segmentos da população e dos problemas da cidade, além de diversos outros elementos que exerçam influência na formação de uma visão própria e específica sobre a cidade e os conflitos urbanos por cada sindicato.

Identificar a existência desta forma de participação dos trabalhadores, baseada na percepção de que cada sindicato, de cada categoria, desenvolve uma visão própria do que é o urbano, do que é a cidade, é essencial para explicar o que motivou a publicação de grande parte das 590 matérias aqui examinadas. A identificação dessa forma, que poderia ser chamada de forma de participação “sindical” nas disputas e conflitos urbanos^{xxiv}, parece também ser importante para uma melhor compreensão de como os trabalhadores vêm e participam das disputas e conflitos urbanos no Brasil e, em particular, no Rio de Janeiro.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Maurício. Evolução urbana do Rio de Janeiro. RJ: IPLANRIO: ZAHAR, 1988.
- ARANTES, Otilia; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BOITO JR, Armando. O sindicalismo de estado no Brasil. Campinas: Ed. UNICAMP, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. RJ: Bertrand Brasil, 1998.
- _____. Sobre a televisão. RJ: J.Zahar, 1997.
- CASTELLS, Manuel. A questão urbana. RJ: Paz e Terra, 1983.
- ENGELS, Fredrich. A situação da classe trabalhadora em Inglaterra. RJ: Paz e Terra, 1975.
- GIANNOTTI, Vito. O que é jornalismo operário? SP: Brasiliense, 1988.
- _____. LOPES NETO, Sebastião. CUT ontem e hoje. SP: Vozes, 1991
- _____; LOPES NETO, Sebastião. CUT por dentro e por fora. RJ: Vozes, 1990.
- _____; LOPES NETO, Sebastião. Para onde vai a CUT? SP: Scritta Ed, 1993.
- _____; SANTIAGO, Cláudia. Comunicação sindical: a arte de falar para milhões. Petrópolis: Vozes, 1999.
- HARVEY, David. A justiça social e a cidade. SP: Hucitec, 1980.
- _____. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. Espaço e Debates, São Paulo, Ano II, n.6, p.6-35, jun/set 1982.
- JARAMILLO, Samuel. Las formas de manifestación de la renta: el precio del suelo urbano. In: Hacia una teoría de la renta del suelo urbano. Bogotá: Ediciones Uniandes, 1994.
- _____. Producción de vivienda y capitalismo dependiente: el caso de Bogotá. Bogotá: CEDE/Uniandes, 1981.
- LAGO, Luciana Correa do. Desigualdade e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise. Rio de Janeiro: REVAN: FASE, 2000.
- _____. O espaço metropolitano do Rio de Janeiro. RJ: PACS, 2002b.

- LEFEBVRE, Henri. A cidade do capital. RJ: DP&A, 2001.
- KOWARICK, Lúcio (Org.). As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente. RJ: Paz e Terra, 1988.
- MARQUES, Guilherme. O Novo Sindicalismo, a estrutura sindical e a voz dos trabalhadores – 1977 a 1995. RJ: ADIA, 2004.
- OLIVEIRA, Francisco de. O estado e o urbano no Brasil. Espaço & Debates, São Paulo, Ano II, n.6, p. 36-54, jun./set. 1982.
- _____. O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. In: Os direitos do antivalor. Petrópolis: Vozes, 1998.
- THOMPSON, E.P. A formação da classe operária inglesa. RJ: Paz e Terra, 1997.
- TOPALOV, Christian. La urbanización capitalista. Mexico: Ed. Edicol, 1978.

ⁱ Este artigo apresenta alguns dados, questões e conclusões que são parte da dissertação de mestrado “Cidade e Conflitos Urbanos na Imprensa Sindical Carioca (1995-2002)”, aprovada em 2005, no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro –IPPUR/UFRJ.

ⁱⁱ Sobre imprensa sindical ver, entre outros: GIANNOTTI, Vito; SANTIAGO, Claudia. Comunicação sindical: a arte de falar para milhões. Petrópolis: Vozes, 1999; GIANNOTTI, Vito. O que é jornalismo operário? SP: Brasiliense, 1988.

ⁱⁱⁱ A opção por estudar apenas sindicatos filiados à Central Única dos trabalhadores -CUT- se deve ao fato dessa ser a maior e mais representativa central brasileira. Outra razão é que muitos dos mais de 15 mil sindicatos existentes no Brasil não passam de meros “sindicatos de carimbo”, enquanto aqueles filiados à CUT costumam ser mais atuantes.

^{iv} Sobre o tema ver entre outros: MARQUES, Guilherme, O Novo Sindicalismo, a Estrutura Sindical e a Voz dos Trabalhadores – 1977 a 1995, RJ: ADIA, 2004; GIANNOTTI, Vito; LOPES NETO, Sebastião. CUT por dentro e por fora. RJ: Vozes, 1990; CUT ontem e hoje. SP: Vozes, 1991; Para onde vai a CUT? SP: Scritta Ed, 1993; BOITO JR, Armando. O sindicalismo de estado no Brasil. Campinas: Ed. UNICAMP, 1991.

^v No período de 1995 a 2002 o SINDIPETRO-RJ publicou regularmente seu boletim/jornal, denominado *Surgente*^v. Na maior parte do tempo tratava-se de um boletim com quatro páginas, em tamanho A3. A partir de 2001 passou ao tamanho tablóide. No período, foram publicadas mais de 800 edições às quais se teve total acesso. A numeração, nº 150 (em 9/3/95) até 934 (em 19/12/2002), registra a quase totalidade das publicações. Pois, além dos números regulares, muitas vezes foram publicados boletins especiais, como: Boletim do SINDIPETRO Especial Petros, Boletim do SINDIPETRO Especial Manguinhos; Boletim do SINDIPETRO Especial Aposentados; Boletim do SINDIPETRO Especial Angra dos Reis etc. A tiragem dos boletins e jornais foi sempre maior que 10 mil exemplares, chegando a mais de 14 mil em algumas edições.

^{vi} O Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro começou a publicar o seu jornal mensal em maio de 1995, com oito páginas em tamanho tablóide. Alguns números, no entanto, têm doze páginas. A tiragem variou de 10 mil a 12 mil exemplares. No período pesquisado para este estudo, foram publicados 77 jornais, e apenas o número 56, de agosto de 2000, não foi encontrado.

^{vii} O Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro publicou no dia 4 de janeiro de 1995 o Jornal do SINTUFRJ nº 150. Até o fim de 2002, período analisado nesta pesquisa, foram publicadas 400 edições chegando, em 16/12/2002, ao número 549. Destas 400 edições, 53 não foram encontradas e assim não puderam ser objeto de análise. O Jornal do SINTUFRJ tem periodicidade semanal, e nesses 8 anos, teve vários formatos, tamanhos e números de páginas. Houve períodos em que o jornal era um *duplo standard* e períodos com tamanho *tablóide*. Houve períodos com quatro páginas, períodos com oito e até com doze páginas. A tiragem do Jornal do SINTUFRJ também variou, havendo pequenos períodos que eram editados 6 mil exemplares, até períodos que passavam de 12 mil.

^{viii} O SINTRASEF-RJ possui dois jornais. O *Público*, mensal que começou a ser publicado em setembro de 1996, com doze páginas em tamanho tablóide, e que já em 1997 passou a ter dezesseis páginas. Esse jornal é enviado pelo correio para casa de todos os trabalhadores filiados ao Sindicato. Além do Público, o SINTRASEF passou a publicar, em maio de 1997, o jornal *Movimento*. Esse jornal é semanal e distribuído aos trabalhadores da ativa nos locais de trabalho, entre filiados ou não. O Movimento tem apenas quatro páginas, em tamanho A3. No período analisado, foram publicadas 76 edições do Público e 255 do Movimento.

^{ix} O SINTTEL-Rio publica atualmente o *Jornal do SINTTEL*, um semanal, em tamanho standard c/2 páginas (frente e verso). Até 2000, o SINTTEL publicou, também semanalmente, a *Folha de Sexta*. Porém, como não havia arquivos da Folha de Sexta no departamento de imprensa, esse periódico não pode ser examinado. Quanto ao Jornal do SINTTEL, somente as edições de 1998 a 2002 estavam disponíveis para pesquisa. Desta forma,

foram analisadas as edições do Jornal do SINTTEL correspondentes a 5 anos, da edição 613 de 6/1/98 até a edição 862, de 18/12/2002. Destas 250 edições, 26 faltavam no arquivo, o que representa 10% do total. A tiragem do Jornal do SINTTEL foi, de 1998 a 2002, sempre igual ou superior a 10 mil exemplares.

^x A CUT-Rio tem como principal instrumento de imprensa o jornal mensal *Conquista*. Entre fevereiro de 1996 e julho de 2002, a CUT-Rio publicou 60 edições do *Conquista*. No ano de 2002 foram apenas duas edições. As edições 23, 28 e 58 não foram encontradas e, portanto, não puderam ser objeto de análise. Nestes 7 anos, o *Conquista* teve tiragem sempre superior a 5 mil exemplares e, na maior parte do tempo, teve 8 páginas em tamanho tablóide.

^{xi} Segundo Harvey: 'A luta na qual o trabalho se compromete em seu ambiente de vida, contra a apropriação da renda, é uma luta contra o poder monopolístico da propriedade privada (...) Por essa razão a classe capitalista como um todo não pode se permitir ignorá-la. Essa classe precisa manter como sacrossanto o princípio da propriedade privada (HARVEY, 1982, p12-13).

^{xii} Sobre o tema, ver entre outros: Oliveira, 1998, p 19-20; e Topalov, 1978, p 18-19.

^{xiii} Nesse estudo foram considerados como conflitos urbanos as manifestações coletivas que têm a cidade como arena e objeto.

^{xiv} Cabe advertir que o processo de precarização do trabalho que acompanhou as privatizações e terceirizações na década neoliberal de 1990, e a inversão do movimento histórico de diminuição relativa da população moradora de favelas, a qual vem ocorrendo desde os anos 1980, podem ter tido como consequência o aumento do número de trabalhadores sindicalizados morando em favelas. Mesmo assim, o autor deste estudo acredita na hipótese (não comprovada) de que a maioria dos trabalhadores da base dos sindicatos aqui examinados não seja composta por moradores de favelas.

^{xv} É certo que essa explicação poderia ser contestada. Poder-se-ia dizer que a realidade da existência das favelas e dos trabalhadores de rua influencia diretamente na qualidade de vida de todos os trabalhadores da cidade. Mas aqui não está sendo discutido se a percepção do movimento sindical quanto a estes assuntos está certa ou errada, se deve ou não ser contestada. Aqui, buscou-se apenas levantar hipóteses sobre o porquê destes assuntos, diferentemente dos demais, dependerem tanto da ocorrência de conflitos para entrarem na pauta da imprensa sindical.

^{xvi} A partir das décadas de 1980 e 1990, o crescimento do número de moradores de favelas no Rio de Janeiro se deu principalmente pelo deslocamento intra-metropolitano e não por resultado da migração como em décadas anteriores.

^{xvii} A "circulação circular da informação" no campo jornalístico e a influência exercida pelo jornalismo televisivo em todo o campo da atividade jornalística (inclusive a sindical) pode ser percebida na recorrência destas matérias. Sobre a noção de "circulação circular da informação" e sobre a influência do jornalismo televisivo no conjunto do campo jornalístico ver Bourdieu, 1997.

^{xviii} Registra-se que motoristas de vans, mata-mosquitos e camelôs protagonizaram conflitos muito mais organizados que os protestos espontâneos motivados, por exemplo, por atropelamentos ou atrasos nos ônibus, sobre os quais a imprensa sindical praticamente nada fala.

^{xix} Para o autor deste estudo, o nome que melhor representaria esta forma de classificação seria "classista", afinal, pode se admitir a existência de diferentes formas (entre elas a comunitária ou a classista) de participação dos trabalhadores na luta de classes. Decidiu-se, porém, pela utilização do termo "luta de classes" para designar esta forma de participação, por ser este o termo usado por Harvey no estudo citado.

^{xx} Foi identificado este tipo de matéria (baseadas na luta de classes) entre, praticamente, todos os assuntos urbanos selecionados. Os temas citados (Violência/Segurança, Favelas e também Transportes, Tarifas e Serviços Urbanos, Educação, Cultura e Lazer e Camelôs e Trabalhadores de Rua) foram, contudo, aqueles sobre os quais mais matérias representativas desta forma de participação foram encontradas.

^{xxi} Cabe lembrar que o *Conquista* (jornal da CUT), foi o único que não apresentou um conjunto de matérias que pudessem ser identificadas como motivadas por especificidades da categoria, fato que parece natural em se tratando de uma entidade intersindical. Desta forma, no que diz respeito à reflexão em curso, o *Conquista* parece ser a exceção que comprova a regra.

^{xxii} Ver Thompson, 1997.

^{xxiii} Ver Bourdieu, 1998.

^{xxiv} Uma das características mais marcantes do sindicalismo brasileiro é o corporativismo. Desta forma, ao usar a expressão "sindical" para classificar esta forma de participação dos trabalhadores nas disputas e conflitos urbanos, não se está negando a forte influência corporativista.